

Como estudar o *Quaderno 25*? Notas propositivas para uma metodologia de pesquisa sobre as classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci

How to study *Quaderno 25*? Propositional notes for a research methodology on subaltern classes and groups in Antonio Gramsci

Mirele Hashimoto Siqueira*

Resumo: O artigo problematiza os conceitos de classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci a partir da obra carcerária e, particularmente, do *Quaderno 25*. Objetiva propor uma metodologia de pesquisa para estes conceitos, haja vista o caráter dos *Quaderni del Carcere*, isto é, uma obra não sistematizada para a publicação. Nesse sentido, partindo de uma pesquisa bibliográfica na edição crítica italiana dos *Quaderni*, organizada por Valentino Gerratana, evidencia-se a fundamentação teórica do *Quaderno 25*, na medida em que nele Gramsci apresenta as classes e grupos subalternos, bem como sua história desagregada e episódica, como submetidos a iniciativa da classe dominante. Assim, o problema de como “pôr” fim a subalternidade está atravessada pelo estudo destes conceitos, dada a dedicação de Gramsci em investigar as formas de superá-la, rompendo com a subalternidade econômica, mas, sobretudo, cultural que a estrutura.

Palavras-chave: Gramsci, classes subalternas; grupos subalternos; serviço social.

Abstract: The article problematizes the concepts of subaltern classes and groups in Antonio Gramsci from the prison work and, particularly, from *Quaderno 25*. It aims to propose a research methodology for these concepts, considering the character of the *Quaderni del Carcere*, that is, a work not systematized for publication. In this sense, starting from a bibliographic research in the Italian critical edition of *Quaderni*, organized by Valentino Gerratana, the theoretical foundation of *Quaderno 25* is evidenced, in that Gramsci presents the subordinate classes and groups, as well as their disaggregated and episodic history, as submitted to the initiative of the ruling class. Thus, the problem of how to “end” subordination is crossed by the study of these concepts, given Gramsci's dedication to investigating ways to overcome it, breaking with the economic, but, above all, cultural, subordination of the structure.

Keywords: Gramsci; subaltern classes; subaltern groups; social work.

Recebido em: 15/02/2021

Aprovado em: 22/03/2021



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* de Toledo. Graduada em Serviço Social pela UNIOESTE, *campus* de Toledo. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Antonio Gramsci é, certamente, um marxista da virada do século XIX para o século XX que deixou uma vasta riqueza categorial que pode contribuir para a tarefa de compreensão e explicação da realidade. Como um militante inserido diretamente na práxis da vida política italiana, não só se ateve a questão da explicação do real, mas, sobretudo, nas possibilidades concretas de transformá-lo. Afora a sua origem sarda, que se traduz pelas grandes privações que viveu no sul da Itália durante a infância e a juventude e que, posteriormente, permaneceu a sentir na carne e osso em Turim, fez com que o grande sentimento de revolta contra os ricos se transformasse em combustível para alimentar o seu interesse pelas questões políticas – do partido, dos sindicatos, das organizações e movimentos orgânicos junto à classe trabalhadora.

Nesse sentido, militante político, ainda que cerceado fisicamente pelo encarceramento, não cessou sua atividade política no cárcere, tendo na redação dos *Quaderni* uma forma de *resistência*. Desenvolvendo muitas das reflexões do período anterior, não existe, nas páginas da obra carcerária, uma separação entre um Gramsci político e um Gramsci “homem de cultura”. Gianni Fresu (2020), em uma recente biografia intelectual sobre o sardo, é quem nos chama a atenção para essa premissa, afirmando a necessidade de se estabelecer um profundo *quadro de continuidade* entre o 1) jovem Gramsci revolucionário, 2) o dirigente político e 3) o teórico. É certo que estas fases representam momentos distintos de evolução, haja vista que o pensamento gramsciano é marcado por novas direções que vai abarcando maior complexidade, mas esta “tripartição” é meramente metodológica para estabelecermos uma cronologia das fases da vida de nosso sardo. Como indica Fresu (2020), na prática, não há uma ruptura teórico-ideológica na produção intelectual de Gramsci, de tal modo que os *Quaderni* se constituem na mesma tentativa explorada durante toda a sua vida: *compreender e dar respostas para um “mundo grande e terrível”*.

No universo da refinada retomada das reflexões pré-cárcere, encontramos nos *Quaderni* um vasto exercício colocado em movimento por Gramsci: investigar os motivos das sucessivas derrotas da revolução na Itália. Neste contexto, as *categorias gramscianas* ali desenvolvidas para explicar a realidade de seu tempo, ferramentas úteis, inclusive, para uma leitura crítica dos tempos atuais com as devidas mediações, só podem ser compreendidas em sua íntima relação. Por esse motivo é que, por exemplo, a questão do Estado moderno está em relação direta com a questão da hegemonia. De modo semelhante, a questão dos intelectuais nos remete ao partido, a filosofia da práxis, as classes e grupos subalternos. Senso comum, bom senso e ideologia também estão entre as categorias que são diretamente remetidas a este conjunto sistematizado por Gramsci.

Assim é que, no presente trabalho, tendo em vista a *continuidade* da reflexão gramsciana carcerária e pré-carcerária e afirmando a *indissociabilidade* dos complexos categoriais, optamos por realizar uma investigação do *Quaderno 25*, aquele que trata das classes e grupos subalternos. Ainda que não possamos isolar uma categoria no pensamento gramsciano, sabe-se que o sardo estabeleceu *Cadernos* de natureza especial, que se dedicam ao aprofundamento de temáticas específicas.

Em particular, o *Quaderno 25* foi e é alvo de polêmicas. Este fato está relacionado à grande recepção e apropriação, em nível internacional, do pensamento de Gramsci e, sobretudo, da categoria “subalterno”, que teve a sua difusão impulsionada pelo coletivo dos *Subaltern Studies* na década de 1980. Mussi e Goés (2016) destacam que, este coletivo, teve a sua representação principal na figura de Ranajit Guha, que passou a empregar o conceito para realizar uma leitura historiográfica sobre o domínio colonial indiano, atentando para o predomínio no país de uma dominância sem hegemonia, ou seja, a ausência de uma persuasão que fosse capaz de se sobrepor a coerção. O coletivo terá uma nova liderança a partir de 1988, quando Gayatri Spivak e Edward Said passam a assumi-lo, ao passo da aproximação promovida com a teoria pós-colonial. A partir daí, inicia-se um flerte com Foucault e Derrida e tem-se um distanciamento cada vez maior com a figura de Gramsci – que jamais poderia ali se reconhecer.

O fato é que os conceitos de classes e grupos subalternos são, hoje, amplamente utilizados e difundidos. Diversas são as interpretações realizadas, estabelecendo-se uma verdadeira disputa pelo pertencimento de Gramsci. Neste interim, propomos a retomada da investigação dos conceitos a partir da obra carcerária, particularmente, do *Quaderno 25*. Para encaminhá-la, buscamos evidenciar a estrutura particular dos *Quaderni* e a *composição orgânica* do *Quaderno 25*. Com isto, certamente espera-se recuperar o ritmo impresso por Gramsci na elaboração da redação carcerária, ao passo de seu significado para a interpretação de seu tempo histórico.

Em busca do mapeamento semântico do *Quaderno 25*

A obra carcerária gramsciana é caracterizada por uma lógica que lhe é própria. Não sendo destinada a publicação, mas antes se constituindo como uma condição para manter a vitalidade do pensamento e vencer a brutalidade do cárcere, Gramsci foi vítima do fascismo italiano, sendo detido em 8 de novembro de 1926, após uma expedição oficial que revogava os mandatos parlamentares, incluindo o de deputados comunistas (FIORI, 1979).

Inicialmente, sendo condenado a cinco anos de confinamento e, depois, a mais que o triplo da pena inicial, uma vez que era preciso assegurar que aquele cérebro deixasse de

funcionar por 20 anos, Gramsci passará por diversos cárceres. Sendo recolhido inicialmente em *Regina Coeli*, em Roma, o prisioneiro do fascismo terá como destino inicial Ustica, uma ilha com extensão de oito quilômetros quadrados, até ser transferido para *San Vittore*, em Milão, no início de 1927. Terá o seu julgamento realizado em maio de 1928, quando seguirá para Roma. Após a sentença, ficará recluso em *Turi*, em Bari, uma penitenciária especial, devido uma inspeção médica constatar a debilidade de seu estado de saúde (FIORI, 1979).

Gramsci, portanto, iniciará a redação dos *Quaderni* em *Turi* a partir de 1929 – quando lhe é concedida cela individual em agosto de 1928 e permissão para escrever em fevereiro de 1929¹. Para iniciar, optará por realizar os exercícios de tradução, que servia para destravar as mãos, ocupando o preenchimento de quatro (04) cadernos escolares. Os vinte e nove (29) cadernos que preencherá até meados de 1935, totalizando o quantitativo de trinta e três (33) cadernos – quando já terá passado pela clínica de *Formia*, na região do Lazio, e posteriormente se instalado em *Quisisana*, em Roma –, estão organizados a partir de duas naturezas: 1) os *Cadernos miscelâneos* e 2) os *Cadernos especiais*. Os primeiros são constituídos por notas inspiradas em variadas temáticas, cumprindo parágrafos que, em geral, são curtos, assinalando observações e indicações bibliográficas. Os segundos são marcados, ao contrário, por uma redação mais sistemática e “longa” sobre uma determinada temática.

Em conformidade com a divisão realizada por Valentino Gerratana, organizador da edição crítica italiana dos *Quaderni del Carcere*, os *Cadernos miscelâneos* são compostos por notas de *texto A (primeira redação)* e *texto B (única redação)*, enquanto os *Cadernos especiais* são constituídos majoritariamente por notas de *texto C (segunda redação)* e minoritariamente por notas de *texto B*, o que significa dizer que, nos *Cadernos especiais*, Gramsci retoma as notas dos *Cadernos miscelâneos* para acrescê-las, revê-las e, mesmo, modificá-las parcial ou totalmente².

Assim, partindo destas observações preliminares, sumariamente identificadas na *natureza* dos *Cadernos* (miscelâneos e especiais) e na *estrutura* de suas notas (*texto A*, *texto B* e *texto C*), é que a tarefa neste presente interim é realizar um mapeamento do *Quaderno 25*.

¹ O pedido advém da solicitação de Gramsci, como demonstra a carta de 13 de agosto de 1928, endereçada ao irmão Carlo: “É preciso que solicite ao Ministério competente, em nome de minha família (em nome de mamãe e do seu), que sejam tomadas providências para que eu possa ser posto numa cela sozinho, aqui no cárcere [...] Agora estou numa cela com outros [...] mas que sofrem de doenças nos brônquios e nos pulmões. [...] No requerimento, acrescente que meu trabalho passado de intelectual me faz sentir fortemente a dificuldade para estudar e ler que existe quando se está num aposento com doentes, e peça que, ficando sozinho, me autorizem a ter papel e tinta para me dedicar a alguns trabalhos de caráter literário e ao estudo de línguas” (GRAMSCI, 2005: 282).

² Pela indicação que Coutinho (1999) oferece, inspirado na catalogação de Valentino Gerratana, os *Cadernos miscelâneos* são constituídos pelos *Cadernos* 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15 e 17, e os *Cadernos especiais* pelos *Cadernos* 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Mas por onde iniciar esta façanha? Certamente, por algumas anotações de caráter metodológico.

Ao nos determos ao título atribuído por Gramsci ao *Quaderno 25*, podemos identificar esta *primeira anotação*. Intitulado de “*Ai margini della storia (Storia dei gruppi sociali subalterni)*”, o *Quaderno 25* já se nos apresenta como um Caderno de natureza temática e, portanto, como um *Caderno especial* destinado a tratar sobre uma questão já presente na redação gramsciana, mas que está, agora, agrupada e reorganizada sob a insígnia de um “novo” *Caderno* – o *Quaderno 25*. O que isso tem exatamente a nos dizer? Tem a nos dizer *duas premissas centrais*.

A *primeira* delas é que se, como vimos, um *Caderno especial*, por natureza, geralmente é composto por uma estrutura de notas de texto C (com maior frequência) e de texto B (com menor frequência), o *Quaderno 25* retoma as notas anteriores presentes em *Cadernos miscelâneos*, de tal modo que, ao realizar uma busca na integralidade da obra carcerária³, podemos identificar, por exemplo, que a expressão *classes subalternas* se repete por cinquenta e três (53) passagens, *grupos subalternos* por vinte (20) passagens, *grupos sociais subalternos* por oito (09) passagens e *subalternos* por vinte e cinco (25) passagens. A “família de temas” correlatos a *classes e grupos subalternos* é, certamente, mais ampla que a mencionada, já que também envolve expressões como: *subalterno* em vinte e duas (22) passagens, *subalterna* em dezoito passagens (18), *subalternas* em seis (06) passagens, *classe subalterna* em quatro (04) passagens, *grupo subalterno* em três (03) passagens e *grupo social subalterno* e *subalternidade* em uma (01) passagem. O que pretendemos indicar com este panorama é que, embora o *Quaderno 25* se constitua em um *Caderno* temático sobre as classes e grupos subalternos, a reflexão gramsciana sobre estes *conceitos já vinha sendo desenvolvida no contexto geral da obra carcerária*.

Assim, a *segunda premissa* que se pode apontar em relação a este *Caderno especial* de que se põe em análise, é a necessidade de captar as notas de que é constituído a fim de analisar a sua estrutura. Metodologicamente, ao observar a *composição orgânica* do *Quaderno 25*, constatamos que este é um *Caderno* composto por oito (08) notas, com a totalidade de quinze (15) páginas. Todas as oito (08) notas de que está articulado possuem a estrutura de *texto C* (segunda redação). Ademais, a “família de temas” presente neste *Caderno* se constitui a partir da repetição da expressão *classes subalternas* e *subalternos* por uma (01) passagem, *grupos*

³ Optamos por utilizar como referência para a investigação do *Quaderno 25* a edição crítica italiana dos *Quaderni del Carcere* (GRAMSCI, 2014), organizada por Valentino Gerratana, pois esta edição reproduz em sua integralidade a redação gramsciana de textos A, B e C. A edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho também apresenta todas as notas do *Quaderno 25* em seu quinto volume, podendo ser utilizada, inclusive, para o estudo, mas reproduz parcialmente as notas de texto A dos *Cadernos miscelâneos*.

subalternos por dezesseis (16) passagens e *grupos sociais subalternos* por sete (07) passagens.

Essa *composição orgânica* do *Quaderno 25*, de natureza especial e estrutura de notas de segunda redação, fornece a *segunda anotação* metodológica indispensável para o estudo do *Caderno*: a necessidade de rastrear, depois de identificada sua natureza e sua estrutura, as notas de primeira redação (ou texto A), correspondente a cada nota de segunda redação (ou texto C). Se assim pudéssemos estabelecer uma lógica metodológica para o estudo do *Quaderno 25*, diríamos: verificar suas notas constitutivas, identificar e classificá-las segundo o tipo de redação (primeira, segunda ou única) e buscar nos *Cadernos miscelâneos* as notas reescritas nos *Cadernos especiais*. Realmente aqui é preciso fazer o *caminho de ida* para refazer o *caminho de volta*. Vejamos então como o *Quaderno 25* se nos apresenta a partir de seu mapeamento semântico.

No § 1 do *Q 25*, intitulado *Davide Lazzaretti*, temos um único registro da expressão *grupos subalternos*, cuja versão é a segunda redação do *Q 3 § 12* e do *Q 9 § 81*. Estas notas originárias, particularmente, a do *Q 3 § 12*, não apresenta nenhuma referência à expressão de *classes e grupos subalternos* e sua “família de temas”; enquanto a localizada no *Q 3 § 12* registra a expressão de *classes subalternas*. O balanço destas conjugações nos indica que, na nota de segunda redação, vemos uma revisão de Gramsci ao substituir a expressão *classes* por *grupos subalternos*.

No § 2 do *Q 25*, intitulado *Criteri metodologici*, Gramsci se utiliza uma vez da expressão *grupos sociais subalternos* e três (03) vezes de *grupos subalternos*. Esta nota é a segunda redação do *Q 3 § 14* em que, novamente, a expressão *grupos subalternos* dá lugar a *classes subalternas* nas três passagens em que estão presentes.

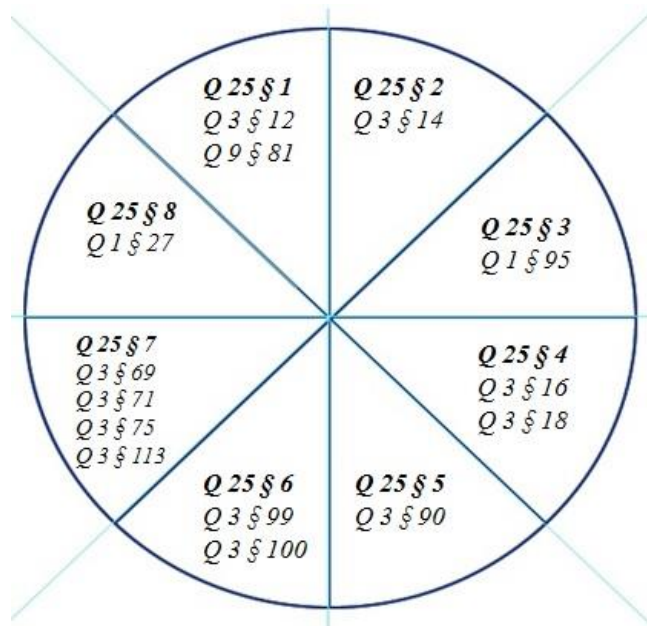
O § 3 do mesmo *Quaderno* consiste em uma breve indicação bibliográfica de Gramsci que, provavelmente, pretendia desenvolver. Afora ela, o parágrafo seguinte do § 4, intitulada de *Alcune note generali sullo sviluppo storico dei gruppi subalterni nel Medio Evo e a Roma*, é repleta de passagens com as expressões em análise: *grupos sociais subalternos* aparece em duas (02) passagens e *grupos subalternos* em quatro (04). Esta nota é também a segunda redação dos *Q 3 § 16* e *Q 3 § 18*, cuja condição anterior se repete: há seis (06) referências à expressão *classes subalternas* e uma à *classe subalterna*.

O § 5 do *Q 25* é intitulado *Criteri metodici* e apresenta uma longa nota postulando alguns pontos de estudo que deveriam ser aprofundados sobre a natureza das classes e grupos subalternos. Há uma vasta presença das expressões nesta nota: oito (08) repetições de *grupos subalternos*, duas (02) de *grupos sociais subalternos* e uma de *classes subalternas* e *subalternos*. As notas originárias deste parágrafo estão dispostas no *Q 3 § 90*, em que há sete

(07) passagens com a expressão *classes subalternas* e uma com *classe subalterna*.

O § 6, intitulado de *Gli schiavi a Roma*, e o § 8, *Scientismo e postumi del basso romantismo*, ambos do Q 25 são, juntamente com o § 3 já mencionado anteriormente, redações gramscianas que não fazem referência as expressões de *classes e grupos subalternos* e sua “família de temas”. Já o § 7 deste mesmo *Quaderno*, intitulado de *Fonti indirette, Le utopie e i così detti romanzi filosofici*, apresenta uma (01) menção a expressão *grupos sociais subalternos*, enquanto suas correspondentes notas de primeira redação, localizadas no Q 3 § 69, Q 3 § 71, Q 3 § 75 e Q 3 § 113, não fazem nenhuma referência às expressões em questão.

Assim é que, sistematizando este conjunto complexo de anotações, poderíamos organizar a seguinte *ilustração* para condensar visualmente o mapeamento semântico do *Quaderno 25* e para, sobretudo, demonstrar a *totalidade* do campo que, minimamente, se deve trabalhar quando se está considerando os conceitos de *classes e grupos subalternos* a partir da obra carcerária gramsciana e o *Caderno* temático que os sintetizam. Ilustrando as oito (08) notas de segunda redação do *Quaderno 25*, Gramsci está reagrupando uma série de notas de primeira redação distribuídas pelos diversos *Cadernos miscelâneos*, de forma que podemos *decompor o complexo* na seguinte síntese:



A partir deste exposto, o que podemos extrair para avançar na análise? *Em que medida este mapeamento semântico do Quaderno 25 nos auxilia no estudo dos conceitos de classes e grupos subalternos?* Poder-se-ia dizer que a sistematização do *Quaderno 25* é indispensável porque deixa Gramsci falar, quer dizer, coloca-o como protagonista (não só porque também o

é) dos conceitos, recorrendo a fonte direta de seu pensamento. Outrossim, ao buscar as reflexões, as sistematizações e as indagações que colocam em pauta os conceitos ao longo do *Quaderno 25*, faz-se um esforço no sentido de buscar as articulações e os nexos internos da obra *carcerária*, evidenciando um todo articulado em que as categorias só podem ser compreendidas em sua inter-relação. Nesse sentido, o mapeamento semântico abre a possibilidade para realizar interpretações, reconstruindo o pensamento gramsciano a partir da fonte viva de seu pensamento.

O *Quaderno 25*: os grupos sociais subalternos às margens da história

Nesta simbiose, o *Quaderno 25*, exercício de retomada, de revisão e de reagrupamento das reflexões, é a expressão da segunda redação de quatorze (14) parágrafos, entre os quais: dois (02) do Q 1, onze (11) do Q 3 e um (01) do Q 9. Mais especificamente, é a condensação dos Q 1 § 27, Q 1 § 95, Q 3 § 12, Q 3 § 14, Q 3 § 16, Q 3 § 18, Q 3 § 69, Q 3 § 71, Q 3 § 75, Q 3 § 90, Q 3 § 99, Q 3 § 100, Q 3 § 113 e Q 9 § 81.

Assim é que, imbuídos da devida apreensão da natureza e da estrutura do *Quaderno 25*, quer dizer, de sua *composição orgânica*, podemos, agora, adentrar na especificidade do conteúdo de suas oito (08) notas: a partir do mapeamento semântico pode-se estabelecer um ponto de partida para a análise e munir-se do rigor metodológico que a pesquisa gramsciana na obra *carcerária* nos exige.

Como é sabido, Gramsci (2014) abre o *Quaderno 25* com uma nota sobre *Davide Lazzaretti*, um líder popular do período pós-*Risorgimento* que se torna eremita depois de ter visões religiosas. Ao fundar uma seita religiosa popular, atuando, sobretudo, na região do Monte Amiata, na Toscana, se pronunciando pela defesa da República, acabou por alarmar o Estado italiano e a Igreja Católica, sendo assassinado em 1878 pelo exército régio italiano sob o pretexto de representar uma “ameaça” (GRAMSCI, 2014).

Mas a indagação que se poderia fazer em relação a esta nota é a seguinte: por que Gramsci escolhe abrir o *Quaderno 25* retomando a figura histórica de *Davide Lazzaretti*? Qual é sua relação com as classes e grupos subalternos? Esta resposta pode ser encontrada ao longo da exposição da nota em questão, quando, ao mostrar a vasta literatura italiana existente sobre o lazzarettismo, Gramsci põe em relevo as revoltas populares, quer dizer, aquela tendência subversiva-popular-elementar que identifica no lazzarettismo e, por conseguinte, que desemboca na valorização da história contada a partir de uma nova perspectiva: *a perspectiva das classes subalternas*.

No caso particular de Lazzaretti, Semeraro (2014) nos indica que as fontes a que Gramsci

resgata para tratar de sua representação na literatura são as mais diversas, mas que, de modo geral, são caracterizadas não por analisar o fenômeno coletivo do lazzarettismo em si, mas sim por aferir uma análise da biografia pessoal dessa figura histórica. São as fontes citadas: artigo de 26 de agosto de 1928, publicado pela *Fiera Letteraria*, de Domenico Bulferetti; *Davide Lazzaretti*, de Andrea Verga; *Pazzi e anormali*, de Cesare Lombroso; *Storia di Davide Lazzaretti, Profeta di Arcidosso*, de Filippo Imperiuzzi; *Davide Lazzaretti*, de Giacomo Barzellotti, ampliada e modificada pela editora *Treves*, mais tardiamente, sob o título de *Monte Amiata e il suo profeta*.

Ademais de se ocupar da análise que Bulferetti realiza da obra de Barzellotti, o problema de Gramsci está em evidenciar como tais literaturas buscam “patologizar”, “barbarizar”, “folclorizar” e “reduzir” os movimentos populares, isto é, os movimentos das classes subalternas. Ao menos *duas passagens* de Gramsci explicitam este argumento. A *primeira* se localiza logo no início da nota:

[...] em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica, muito frequentemente partindo de motivos não comprovados ou passíveis de interpretação diferente: para uma elite social, *os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico* (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 1: 2279, grifo nosso).

A *segunda passagem* se situa no contexto em que Gramsci está apresentado o julgamento de Bulferetti sob Barzellotti:

É mais simples pensar, porém, que o livro de Barzellotti, que serviu para formar a opinião pública sobre Lazzaretti, seja só uma manifestação de patriotismo literário (como se diz, por amor à pátria!), que levava a tentar esconder as causas do mal-estar geral que existia na Itália depois de 1870, dando, *para cada episódio de explosão deste mal-estar, explicações restritivas, individuais, folclóricas, patológicas, etc.* (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 1: 2279-2280, grifo nosso).

Ao escolher iniciar o *Quaderno 25* expondo o “drama” de Lazzaretti, Gramsci parece querer, portanto, demonstrar que os intelectuais italianos pretendem *reduzir o protagonismo das classes subalternas*. Nesta esteira, a literatura italiana, ao analisar o lazzarettismo, esforçava-se para mostrar a tendência bizarra de que ele se constituía: uma mescla de republicanismo com “elemento religioso e profético” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 1: 2280), no lugar de exaltar a sua tendência subversiva-popular-elementar republicana. Assim, havia um esforço para se ocultar os movimentos populares de tal caráter, haja vista que alimentavam a resistência popular e, mais especificamente, o lazzarettismo, acenava o entusiasmo com a Comuna de Paris. Para Gramsci, os movimentos populares, como foi o próprio movimento liderado por Lazzaretti, deveria ser estudado a partir de uma análise político-histórica e não julgado como um episódio patológico e folclórico. Em oposição a esta perspectiva é que Gramsci opta por valorizar do

lazzarettismo a tendência subversiva-popular-elementar – àquela que destaca o protagonismo das classes subalternas, politizando social e historicamente o movimento.

Liguori (2016) é quem chama a atenção para este fato quando destaca o relevo adicionado por Gramsci na segunda redação do *Q 3 § 12*. Na primeira nota do *Q 25*, a *tendência subversiva-popular-elementar aparece como expressão de um fenômeno organizativo* no interior das massas rurais devido à situação gestada pelo Vaticano no período, quando vetou a participação política dos católicos na vida política do novo Estado. Para Liguori (2016), esta tendência demarca que os grupos sociais subalternos podem se rebelar esporádica e espontaneamente, mas a ausência de uma direção consciente, representada historicamente pela falta de organicidade da própria esquerda italiana junto aos movimentos, acaba por dirimir aqueles com potencial verdadeiramente popular. Isto por que, para Gramsci, os grupos sociais subalternos não podem sair de sua condição de subalternidade por si mesmos, devendo unificar-se sob a vanguarda dos núcleos mais avançados da classe, combinando espontaneidade com direção consciente – como Gramsci já havia indicado em uma nota de redação única com o mesmo título, *Spontaneità e direzione consapevole*, no *Q 3 § 48*.

A segunda nota do *Quaderno 25* explicita algumas questões que se abrem com a nota sobre *Davide Lazzaretti: criteri metodologici* anuncia 1) as *principais características* das classes e grupos subalternos e 2) a necessidade de se (re)fazer sua *história de modo integral*.

No *§ 1* do *Q 25*, Gramsci já nos fornece algumas pistas sobre as características das classes e grupos subalternos quando analisa o lazzarettismo: “[...] no movimento, a tendência republicana estava bizarramente misturada ao elemento religioso e profético. Mas esta confusão é que representa a característica principal do acontecimento, porque demonstra sua popularidade e *espontaneidade*” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 1*: 2280, grifo nosso). E acrescenta: “Deve-se considerar, além disto, que o movimento lazzarettista esteve ligado ao *non expedit* do Vaticano e mostrou ao governo a *tendência subversivo-elementar-popular* [...]” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 1*: 2280, grifo nosso).

Ao iniciar a segunda nota do *Q 25*, Gramsci demonstra que as classes e grupos subalternos comportam uma tendência subversivo-elementar-popular – como àquela a que se refere no *§ 1*, no que diz respeito ao caráter do movimento lazzarettista. No entanto, como já adverte na abertura da segunda nota, a história das classes e grupos subalternos é *desagregada e episódica*, já que estas sofrem sempre a iniciativa da classe dominante. Diante desta constatação, como então explicar a tendência subversivo-elementar-popular que tais classes comportam e, ao mesmo tempo, justificar sua história desagregada e episódica?

Pode-se explicar pela seguinte afirmação gramsciana na segunda nota: “É indubitável que,

na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas *esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes [...]*” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 2: 2283, grifo nosso). Isso significa dizer que, apesar de comportar uma tendência subversivo-elementar-popular, as classes e grupos subalternos são forçados pela classe dominante a permanecer no constante estado de *espontaneidade*, em que, mesmo naqueles momentos que se manifestam por intermédio de rebeliões e insurgências, não são capazes de levar até as últimas consequências uma “vitória permanente” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 2: 2283). *A espontaneidade das classes e grupos subalternos não é aqui, portanto, desenvolvida pela classe dominante, mas, ao contrário, é reforçada por ela, ou seja, a classe dominante tende a manter as classes e grupos subalternos em sua condição de espontaneidade e, mesmo, impedir a sua superação.* Com isto, Gramsci não está descartando o elemento espontâneo de tais classes e grupos, mas advertindo a necessidade de seu encontro com uma direção consciente, como já nos alertou Liguori (2016). A expressão deste encontro pode ser ilustrada, inclusive, no próprio movimento lazzarettista – ainda que tenha se constituído por uma mescla bizarra entre o republicanismo e o elemento religioso e profético.

A respeito desta nota, Liguori (2016) também nos indica que, sendo a segunda redação do § 14 do Q 3, Gramsci substituiu o título da primeira da nota de primeira redação (*Storia della classe dominante e delle classi subalterne*) por um novo título (*Criteri metodologici*), advertindo algumas questões preliminares para seu estudo.

Ademais, ainda como desdobramento da primeira nota do Q 25, o § 2 do mesmo *Caderno* é uma advertência para a necessidade de se fazer a história de modo integral. Uma vez que as classes e grupos subalternos são condicionados pela iniciativa dominante e sofrem com sua passivação, é preciso que qualquer traço de iniciativa autônoma seja valorizado. Nas palavras de Gramsci, esta iniciativa autônoma deve ser “[...] de valor inestimável para o historiador integral [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 2: 2284).

Ora, a literatura italiana produzida sobre o lazzarettismo evidencia uma história contada a partir da perspectiva da classe dominante, pois, como vimos no Q 25 § 1, há uma tentativa constante em patologizar, barbarizar e marginalizar o movimento. Para Gramsci, era necessário produzir outro tipo de literatura, aquele tipo que põe em evidência a *história das classes e grupos subalternos*, contando sua história de modo integral, ou seja, *de modo não desagregado e episódico*. Por esse motivo, o historiador integral é também aquele que reconhece e valoriza as insurgências das classes subalternas, registrando e evidenciando suas lutas na relação com a classe dominante e com os fatos históricos, conferindo-lhes um protagonismo real, porque antes

verdadeiro e concreto.

Numa palavra: seja nas relações sociais concretas, seja na historiografia produzida, Gramsci parece advertir que as classes e grupos subalternos tendem sempre a ser marginalizados pela classe dominante. É a partir daí que no § 4 do *Q 25* destaca o protagonismo das classes e grupos subalternos da Idade Média romana, *refazendo a história a partir de sua perspectiva e, portanto, devolvendo-lhe seu protagonismo historicamente negado.*

Ao citar o ensaio de Ettore Ciccotti, *Elementi di “verità” e di “certezza” nella tradizione storica romana*, Gramsci quer retomar alguns aspectos do desenvolvimento histórico das classes populares nas Comunas italianas. Destacando a solidariedade das classes populares na Idade Média, estas se organizavam coletivamente nos tempos de guerra, mas também de paz, como assinala nosso sardo:

Os combatentes permaneciam unidos até mesmo na paz, seja para a prestação de serviços, seja, posteriormente, com crescente solidariedade, para a obtenção de seus próprios fins. Surgem os estatutos das “Sociedades de Armas”, que se constituíram em Bolonha, como parece, por volta de 1230, e emerge o caráter de sua união e seu modo de constituição. [...] Além de sua função política de defesa externa da Comuna, tinham o fim de assegurar a cada homem do povo *a proteção necessária contra as agressões dos nobres e dos poderosos* (GRAMSCI, 2014, *Q 25* § 4: 2284-5, grifo nosso).

Com esta afirmação, Gramsci indica que, ademais das classes populares da Idade Média das Comunas italianas se organizarem pelo princípio da solidariedade para combater o inimigo externo, como é visto por meio da fundação da própria “Sociedade das Armas”, tais classes também passam a se organizar com o objetivo de defender-se das demais classes – *dos nobres e dos poderosos*. Isso significa dizer que Gramsci está pondo em evidência a capacidade de unificação das classes e grupos subalternos daquele período histórico na medida em que valoriza seu protagonismo na constituição da Comuna. Tal hipótese é reforçada ao longo da nota, que explicita a complexidade com que esta vai se constituindo sob a solidariedade e a organização das classes populares:

acrescentavam às obrigações civis e sociais, além do juramento, uma exigência religiosa, com a assistência comum à missa e a celebração de ofícios divinos, ao mesmo tempo que outras obrigações comuns, como as de socorrer os membros pobres, sepultar os mortos, etc., próprias das piás congregações, tomavam a união cada vez mais duradoura e estreita [...] Originalmente, os *milites* entram nestas sociedade em pé de igualdade com os *pedites*, nobres e homens do povo, ainda que em menor número. Mas progressivamente os *milites*, os nobres, tendem a se afastar [...] E, à medida que o movimento de emancipação se firma, ultrapassando também os limites e a forma destas sociedades, *o elemento popular postula e obtém a participação nas funções públicas mais relevantes* (GRAMSCI, 2014, *Q 25* § 4: 2285, grifo nosso).

Quando se afirma a constituição de uma Comuna em que a organização é dada segundo

os interesses dos *pedites*, homens do povo, e não dos *milites*, nobres, como indica Gramsci, e na medida em que os *pedites* assumem as funções públicas de administração, pode-se dizer que, atribui-se ao povo, *o papel de verdadeiro partido político* (GRAMSCI, 2014).

Para garantir maior eficiência a essa administração, como continua Gramsci, podia-se eleger um “capitão do povo” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2285) – uma figura centralizada responsável pelo desenvolvimento das ações na Comuna. Entretanto, na medida em que este não fosse capaz de colocar em movimento as reformas desejadas pelo povo, se tornava legítimo a constituição de uma organização coletiva e independente e, por conseguinte, à parte do “capitão do povo” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2285), para promover uma nova obra legislativa a partir de uma deliberação por autoridade própria que *subordinava e submetia a classe dominante*, como aconteceu em Bolonha, Siena e Florença (GRAMSCI, 2014).

Semeraro (2014) indica que esta nota do § 4 torna explícita a *organização de uma vontade coletiva* das classes populares da Idade Média romana, destacando sua centralidade na composição de suas leis e da própria Comuna em geral. Se conjugarmos esta passagem com o *Quaderno 13*, que trata de “*Maquiavel, a política e o Estado Moderno*”, temos que a organização e a unificação das classes populares realmente só se tornou possível porque estas estavam se constituindo em partido, como já havia assinalado Gramsci, quer dizer, temos um povo que, *promovendo uma reforma intelectual e moral, organiza sua vontade coletiva* – daí que seu sentido amplo de partido político e daí que as ferramentas para a constituição de um *poder político popular*, como evidenciou o § 4 sobre o desenvolvimento histórico das Comunas italianas, protagonizadas pelas classes populares, e resgatado por Gramsci.

Gramsci parece, portanto, realizar esta digressão para evidenciar o que deve estar na base das associações do Estado moderno: a capacidade de organização, de reivindicação e, sobretudo, de unificação das classes e grupos subalternos. Assim como valorizou as instituições dos grupos sociais subalternos da Idade Média romana, sublinha a *potencialidade* das associações modernas, mesmo que não se constituam da mesma essência que àquelas do período medieval: “O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à *hegemonia ativa* do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, *renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura*” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2287, grifo nosso).

Com isto, o sardo pretende indicar que, apesar do “método de analogia histórica” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2285-6) ser útil como um “critério de interpretação” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 4: 2286), deve-se estabelecer as devidas mediações. Para Gramsci, há uma diferença fundamental entre as instituições das classes e grupos subalternos do período medieval

e da contemporaneidade. Enquanto os grupos subalternos da Idade Média possuíam instituições próprias e uma vida a parte que se insubordinava ao Estado, chocando-se, inclusive, com ele, as instituições modernas e a ditadura contemporânea a que elas servem, abole qualquer autonomia das classes e grupos subalternos. *A tendência é a absorção e/ou incorporação delas a atividade estatal*, fato que elimina, portanto, aquele fenômeno do duplo governo da Idade Média, quando, em períodos de crise, abria-se o antagonismo entre o governo dominante e o governo subalterno com suas respectivas instituições. Na ditadura contemporânea, ao contrário, a tendência é a *centralização de toda a vida nacional*, tornando-a totalitária. Liguori (2016) é quem destaca o reforço acrescentado por Gramsci a esta anotação, quando evidencia a segunda redação do *Q 3 § 16* e do *Q 3 § 18*: no *§ 4 do Q 25*, não apenas a ditadura contemporânea passa a abolir as formas de autonomia das classes e grupos subalternos, mas esta abolição é também legal, ou seja, para impedir o desenvolvimento do duplo governo, na contemporaneidade, tem-se o reconhecimento legal de algumas organizações dos trabalhadores, fato que abole a autonomia das classes e grupos subalternos porque, sendo legal (dentro da ordem), “freia” a possibilidade de uma transformação revolucionária.

Em sua redação, como assinala Semeraro (2014), Gramsci realiza o movimento de promover reflexões teóricas a partir de fatos históricos, como fez na nota sobre *Davide Lazzaretti*. Assim é que aqui também resgata o desenvolvimento histórico das classes e grupos subalternos no período comunal italiano para abrir o terreno de sua reflexão teórica sobre as suas características. O *§ 2 do Q 25, Criteri metodologici*, e o *§ 5 do Q 25, Criteri metodici*, estão em continuidade direta na síntese de Gramsci.

Certamente, o *Q 25 § 5* é a elucidação da necessária “vitória permanente” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 2*: 2283), já apontada por Gramsci no *Q 25 § 2*, quando trata da história desagregada e episódica das classes subalternas. Aqui, somada a constatação de que *as classes e grupos subalternos carecem de unificação*, a história dos Estados e de grupos de Estados é sempre a história das classes dirigentes unificadas historicamente. Mas o que esta afirmação elucida na reflexão gramsciana?

Elucida o fato de que, o Estado, “[...] resultado orgânico das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’ [...]” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 5*: 2288), só poderá se constituir na unidade histórica das classes e grupos subalternos quando estes se constituírem em Estado, de tal modo que a sua “vitória permanente” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 2*: 2283) está condicionada a sua unificação e a conquista de sua autonomia integral. Nas palavras de Gramsci:

As classes subalternas, por definição, *não são unificadas e não podem se*

unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 5: 2288, grifo nosso).

A história *desagregada e episódica* das classes e grupos subalternos só pode ser superada com a superação da subalternidade em direção à unificação de tais grupos no Estado, *daí que o “tornar-se Estado”* (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 5: 2288), *reclamado por Gramsci*, exigindo a organização coletiva e ativa das classes subalternas na práxis política, gestando, por intermédio de uma direção consciente, sua própria consciência histórica. O tornar-se Estado é, pois, um movimento das classes e grupos subalternos que, despidendo-se do estado desagregado e episódico de sua atuação, deve unificar-se, deixando de se constituir enquanto subalterno na medida em que se torna dirigente e dominante pela conquista de sua autonomia integral e funda um novo Estado.

Neste interim é que Gramsci lista uma série de “critérios” que possibilitaria “medir” sua luta em direção à necessária unificação, *tendo em vista pôr fim a subalternidade*:

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 5: 2288).

São estes “critérios” que o historiador integral (retomando o mesmo argumento do Q 25 § 2) deve estar atento na (re)construção da história das classes e grupos subalternos com vista a sua unidade histórica. Para Gramsci, o *Risorgimento* italiano poderia servir de exemplo para a análise da correlação de forças em uma batalha histórica, pois demonstra a capacidade dos grupos subalternos elevarem a condição de dirigentes e dominantes:

Podem-se construir muitos cânones de investigação histórica a partir do exame das forças inovadoras italianas que guiaram o *Risorgimento* nacional: estas forças tomaram o poder, unificaram-se no Estado moderno italiano, lutando contra determinadas outras forças e ajudadas por determinados auxiliares ou aliados; para se tomarem Estado, deviam subordinar a si ou eliminar as primeiras e ter o consenso ativo ou passivo das outras. Portanto, o estudo do desenvolvimento destas forças inovadoras, *de grupos subalternos a grupos dirigentes e dominantes*, deve investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram a autonomia em relação aos inimigos a abater e a

adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente, uma vez que todo este processo era necessário historicamente para se unificarem em Estado (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 5*: 2289, grifo nosso).

O desafio para conquistar a autonomia integral e promover a unificação das classes e grupos subalternos, tornando-se Estado é, portanto, *duplo*: 1) possuir autonomia em relação às classes e grupos a combater, isto é, *ser dominante em relação às classes e grupos adversários*, e; 2) obter o consenso de outras classes e grupos existentes, isto é, *ser dirigente das classes e grupos aliados*. Com esta nota, Gramsci certamente declara o interesse em estudar as classes e grupos subalternos tendo em vista buscar respostas para pôr fim a sua própria subalternidade – categoria que, sendo consenso, estabelece o par conceitual hegemônico/subalterno, terreno fértil sugerido pelo *Quaderno 25*.

Na continuidade de sua exposição e seguindo o movimento de resgatar os fatos históricos e realizar as reflexões teóricas, Gramsci transcreve o § 6 do *Q 25*, intitulado de *Gli schiavi a Roma*. Ao retomar a história dos grupos subalternos, particularmente do núcleo de escravos contra Espártaco, a partir do livro de Tenney Frank, *Storia economica di Roma*, constata que os revoltosos tiveram uma “[...] sobrevivência provável, uma vez que não foram destruídos: ou se assimilaram à população nativa ou a substituíram diretamente” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290).

Mas o destaque que deve ser conferido à referida nota se encontra em seu segundo parágrafo quando Gramsci analisa uma proposta realizada por um senador em que sugeria a utilização de uma vestimenta diferenciada pelo núcleo de escravos de Roma com o objetivo de identificá-los. Esta proposta foi recusada pelo Senado, pois se temia “[...] que eles se tornassem perigosos, ao se darem conta de seu grande número” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290, grifo nosso).

Vê-se que esta nota em questão não faz nenhuma referência à expressão de *classes e grupos subalternos* e a sua “família de temas”. No entanto, é possível aqui indicar, como hipótese levantada, que o § 6 está em articulação direta com as demais notas já transcritas por Gramsci neste *Quaderno*. De que maneira então é possível observar esta articulação?

Quando Gramsci ressalta que os escravos se “tornariam perigosos ao se darem conta de seu número” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290), e quando afirma que, “neste episódio, estão contidas razões político-psicológicas” (GRAMSCI, 2014, *Q 25 § 6*: 2290), o sardo parece evidenciar a potencialidade das classes e grupos subalternos quando estes tomam consciência de sua capacidade de colocar em xeque o poder exercido pelo grupo dominante. Esta capacidade se expressa primeiro *quantitativamente*, porque é quando os escravos se dão conta de seu

número, e, posteriormente, *qualitativamente*, já que, por razões político-psicológicas, adquirem consciência de sua subalternidade, mediada por sua expressão numérica, desencadeando uma ruptura com a dominação instituída que se inicia por uma “[...] série de manifestações públicas: as procissões religiosas, as passeatas, as assembleias populares, as paradas de todo tipo e também, em parte, as eleições (a participação nas eleições de alguns grupos) e os plebiscitos” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 6: 2290).

Finalmente, os dois últimos parágrafos do Q 25, expressos no § 7 e § 8, apresentam algumas indicações de Gramsci, adquirindo o caráter de registro de observações. No § 7, intitulado de *Fonti indirette. Le Utopie e i così detti romanzi filosofici*, Gramsci lista uma série de literaturas das quais seria interessante torná-la campo exploratório de pesquisa para desvendar as aspirações das classes e grupos subalternos. A literatura expressa “[...] as aspirações mais elementares e profundas dos grupos sociais subalternos, inclusive os mais baixos [...]” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 7: 2290). Por outro lado, uma parte desta literatura também “[...] expressa os interesses dos grupos dominantes [...] e tem caráter retrógrado e reacionário” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 7: 2291). A esta “última” parte da literatura, Gramsci a denomina de *utopias*. Já àquela primeira “parte”, que busca as aspirações mais elementares, a denomina de romances ditos filosóficos, em que há “[...] livros que atribuem a países longínquos e pouco conhecidos, mas existentes, determinados costumes e instituições que se querem contrapor aos do próprio país” (GRAMSCI, 2014, Q 25 § 7: 2291). A esses romances filosóficos, para Gramsci, está a riqueza de capturar e de registrar as rebeliões das massas populares, sendo, em suas palavras, os precursores dos jacobinos franceses. Novamente aqui é possível observar a escolha de Gramsci em valorizar os romances filosóficos, quer dizer, a história contada a partir “de baixo”, já que expressa a perspectiva das classes subalternas.

O § 8, *Scientismo e postumi del basso romanticismo*, é composto por apenas um parágrafo, em que Gramsci menciona a tendência da sociologia de esquerda na Itália. Para a referida tendência, a criminalidade era explicada “naturalisticamente”, sendo considerada produtora da barbárie. Assim desqualificando as rebeliões e insurreições das classes subalternas e apresentando-as como bárbaras, *decorrente da criminalidade nata de tais classes e grupos*, a sociologia da esquerda atribuía uma explicação considerada “científica” a estes fenômenos. Por isso, Gramsci parece transcrever esta nota para demarcar sua posição divergente em relação a tendência, haja vista que todo o *Quaderno* está dedicado a defesa de não patologização e barbarização dos movimentos das classes subalternas, mas, senão sua valorização enquanto traço de iniciativa autônoma com valor inestimável.

Considerações Finais

A popularidade que os conceitos de classes e grupos subalternos adquiriram hoje, bem como seus usos ou abusos, para lembrar Edmundo Fernandes Dias (1994), no discurso corrente, por vezes não é capaz de explicar o fundamento teórico implícito a estes conceitos. Seja pela leitura apressada da obra gramsciana, seja pela mera adaptação dos termos na frase, classes e grupos subalternos vêm sendo utilizados como sinônimo de “classes baixas”, “classes inferiores” ou ainda “classes à margem da sociedade”.

Recorrer a fonte direta do pensamento gramsciano é urgente para evitar os reducionismos a que estes conceitos (e outros) vêm sendo empregados, valorizando a verdadeira tessitura da reflexão de Gramsci – fundada no laboratório da experiência real da práxis política de toda sua vida. Assim é que o *Quaderno 25* apresenta a subalternidade como um estado impulsionado pela classe dominante para manter sua dominação, agora estendida a dominação cultural, isto é, subjetiva. Esta dominação tende a passivizar e segregar as lutas e organizações coletivas das classes e grupos subalternos. Pela iniciativa da classe dominante, procura-se romper com qualquer traço de iniciativa autônoma de tais classes e grupos.

Por esse motivo, analisando o seu estado desagregado e episódico e anotando que lhes falta uma organicidade e uma direção consciente, Gramsci investiga as classes e grupos subalternos, suas características e suas representações na literatura italiana para evidenciar a necessidade de pôr fim a subalternidade – motivo pelo qual o sardo também se dedica a sua investigação.

O estudo destes conceitos e a proposição de uma metodologia de pesquisa do *Quaderno 25* teve como objetivo reiterar o *necessário retorno a Gramsci*, valorizando o conjunto categorial que oferece nas páginas da sua obra carcerária para a compreensão e explicação da realidade. Mantendo-se atual por permitir uma leitura aproximativa de nossa realidade, mais exatamente, dos mecanismos atuais de dominação e exercício do poder, Gramsci inspira-nos a rebelar quando nos damos conta de nosso constante estado de subalternidade.

Nessa perspectiva, para o Serviço Social brasileiro, estudar Gramsci e, particularmente, seus conceitos de classes e grupos subalternos, é fundamental para desvelar os mecanismos de dominação que forçam a reprodução deste estado no contexto das relações sociais atuais. Despossuídos de uma articulação interna e ausentes de uma organicidade, o desafio que se coloca é promover a organização de tais classes e grupos, capaz de reivindicar por seus interesses imediatos e mediatos. A ruptura com a (re)produção da subalternidade na sociedade capitalista só se torna possível na medida em que os subalternos se tornarem Estado, quer dizer, romper com a imposição dos interesses burgueses que só fazem legitimar, no âmbito do Estado

integral, a exploração do trabalho pelo capital.

É assim que, fazendo a opção por um projeto político, particularmente, um projeto societário, o Serviço Social é profissão que se desenvolveu, bem como se maturou historicamente, assumindo um compromisso com a classe trabalhadora. Ao construir um projeto profissional crítico que declara a defesa *pelo aprofundamento e ampliação da democracia, pela liberdade como valor ético central, pela emancipação dos indivíduos sociais e construção de uma nova ordem social sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero*, torna-se explícito o compromisso da profissão com uma ordem diversa da sociedade burguesa. Assim é que, a escolha por um projeto societário alternativo, também perpassa pela luta contra a subalternidade, visto que o pleno desenvolvimento das potencialidades e o encontro com o humano genérico de cada um, só se torna possível na medida em que toda condição de opressão, dominação e exploração seja ceifada – eis o desafio posto, eis a luta que nos espera.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (volume 1). Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; Co-edição de Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. *Ideias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, Ano I, nº 1, jan./jun., 1994*, p. 111-137.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci: o homem filósofo*. Tradução de Rita Matos Coitinho; Prefácio de Marcos del Roio; Posfácio de Stefano G. Azzarà. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do cárcere*. Volume 1: 1926-1930. Tradução de Luiz Sérgio Henriques; Organização de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. 4. ed. Torino: Einaudi, 2014.
- LIGUORI, Guido. Subalterno e subalterni nei “Quaderni del Carcere”. *Internacional Gramsci Journal*, v. 2, n. 1, 2016, p. 89-125.
- MUSSI, Daniela; GOÉS, Camila. Antonio Gramsci no centro e na periferia: notas sobre hegemonia e subalternidade. *Internacional Gramsci Journal*, v. 2, n. 1, 2016, p. 271-328.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do Caderno 25. *Educação Social, Campinas*, v. 35, n. 126, jan./mar., 2014, p. 61-76. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/04.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2020.